

AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: IMPASSES PARA A QUALIDADE E A GESTÃO PEDAGÓGICA NO ENSINO MÉDIO

Eliane Cleide da Silva Czernisz – Universidade Estadual de Londrina/Pr –

eczernisz@uel.br

Introdução:

O ensino médio, etapa final da educação básica, cujo público predominante é de estudantes jovens, tem sido alvo constante de alterações curriculares que aproximam a formação aos interesses do mercado. As recentes alterações curriculares, bem como os debates desenvolvidos em torno da Lei 13945/2024, indicam como essa etapa educativa é direcionada com alterações abruptas e sem discussão, com o foco no desenvolvimento de competências e estímulo ao empreendedorismo. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) atesta tais características, já que pode ser considerada o eixo das alterações curriculares da educação básica que atualmente são desenvolvidas, cujas orientações estão voltadas ao desenvolvimento de competências.

Cumprе destacar que a BNCC Ensino Médio, deixa claro o seu alinhamento ao proposto na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável, bem como indica que essa etapa educativa visa a “mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BNCC, 2018, p. 08).

Tais indicações assumem centralidade e são consideradas chave para compreender as orientações curriculares que visam a implementação da reforma no país, aspecto que nos leva a questionar: Qual a relação entre o objetivo 4 da Agenda 2030 com a atual política do ensino médio e a gestão pedagógica?

O objetivo 4 visa: “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (ONU, 2015, p. 1), aspecto que consideramos importante ser estudado frente ao contexto marcado pela desigualdade social, econômica e educacional; necessidade de compreensão dos direcionamentos internacionais para a educação brasileira; de problematização da realidade de neoliberalismo, alterações do mundo do trabalho, precarização das relações

de trabalho e de aprofundamento da exclusão social. Com tal arrazoado, destacamos que esse trabalho objetiva discutir a relação entre o proposto no objetivo 4 da Agenda 2030 e a atual política do ensino médio e sua gestão pedagógica.

Esse estudo encontra-se em andamento e se desenvolve com base em pesquisa e discussão bibliográfica, assim como análise de documentos de políticas educacionais. A pesquisa bibliográfica, como afirmaram Lima e Miotto (2007, p. 44), se faz importante “[...] para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos.” A análise de documentos de políticas educacionais se fará com base em Shiroma, Campos e Garcia (2005), que contribuem para o estudo de fontes documentais, indicando uma metodologia crítica de análise com vistas a desfazer as ilusões promovidas por discursos que refundam significados e sentidos.

Desenvolvimento:

Entendemos que a menção à Agenda 2030 exige recuperar, ao menos rapidamente, os aspectos que contribuem para sua proposição, em específico, do objetivo 4. Este destaca a qualidade da educação e a aprendizagem ao longo da vida, aspectos recorrentes no âmbito das políticas educacionais para a educação básica que, em nossa opinião, tem contribuído com um norteamento do desenvolvimento de uma sociabilidade adaptada ao mercado.

Essa intenção não se faz descolada de um momento de acirramento de desigualdades sociais promovidas pelo desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Sabemos que é neste período que as alterações do campo da produção se complexificam, desenvolvem-se com aparatos tecnológicos, flexibilizam seus processos, e passam consequentemente a demandar de menor quantidade de trabalhadores, de mão de obra que é caracterizada pelos representantes capitalistas como ‘especializada’. É para esse mundo competitivo que a educação de “qualidade” passa a ser requisitada, trazendo o viés econômico que norteia a educação enquanto proposta para a formação dos estudantes com alterações curriculares, enquanto norteamento do trabalho a ser desenvolvido pela escola na figura de seus docentes e nas práticas de gestão.

Evangelista e Shiroma (2006) recuperam dados de fins da década de 1980 e início de 1990, e destacam a atuação das agências multilaterais. Mencionam num primeiro

momento, anos de 1980, a atuação da CEPAL, com o intuito do desenvolvimento econômico latino-americano e investimento em capital humano. As autoras comentam que, com a ‘retração econômica’, o aumento da pobreza e o agravamento da questão social, a CEPAL reorienta suas intencionalidades e passa a ter como foco a equidade, assim como as Agências Multilaterais dotam seus encaminhamentos com uma feição ‘mais humana’.

Entendemos que tais agências não perderam de vista os objetivos de desenvolvimento econômico, de formação de capital humano, de gerenciamento da pobreza. A estratégia de realizar investimentos em educação pode ser vista com a realização da Conferência Mundial de Educação realizada em Jomtien (1990) momento em que ocorreu a defesa de Necessidades Básicas de Aprendizagem, e em alguns anos adiante, a apresentação do Relatório “Educação: um tesouro a descobrir,” em que Delors apresenta os 04 pilares da educação do futuro, e mostra uma preocupação com a escolarização que deveria se desenvolver por uma vida toda.

A Agenda 2030 se origina da Conferência de Incheon, desenvolvida na Coreia do Sul no ano de 2015, teve como lema “Educação 2030: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos” (UNESCO, 2015). Pela análise dessa Agenda, observamos reforço ao que havia sido proposto na Conferência Mundial de Educação em Jomtien (1990), assim como no Fórum Mundial da Educação em DaKar (2015), e nos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) (2000). A Declaração 2030 afirma: “Concentraremos nossos esforços no acesso, na equidade e na inclusão, bem como na **qualidade e nos resultados da aprendizagem, no contexto de uma abordagem de educação ao longo da vida.**” (UNESCO, 2015, p. 01 – grifos nossos)

Percebemos que o excerto traz destaques à qualidade e aos resultados da aprendizagem, o que nos leva a retomar Libâneo (2012), ao comentar a dualidade da escola pública brasileira cuja sintonia com organismos internacionais como Banco Mundial e UNESCO tem orientado a educação para o desenvolvimento da socialização e convivência social em detrimento de uma escolarização que valorize o conhecimento científico. Traços desse encaminhamento são vistos na atual reforma do ensino médio, movido pela Lei n. 14945/2024 com a implementação de um currículo composto de itinerários formativos cujas disciplinas e respectivas cargas horárias, além do foco da

aprendizagem, explicitam a vinculação com o mercado, primam pelo viés do empreendedorismo, e reforçam a responsabilidade do estudante pelo seu destino social com uma forte valorização do projeto de vida.

Entendemos que a qualidade reiterada pela Agenda 2030 reforça a educação para o mercado e, nesse sentido, mantém a adaptação dos estudantes ao mundo atual, aspecto que dificulta o desenvolvimento da gestão pedagógica que objetiva desenvolver uma educação e ensino médio de fato emancipador.

Conclusões:

Os breves apontamentos nos levam a afirmar a necessidade de discussões que possam aprimorar as reflexões sobre o norteamento do ensino médio e da gestão pedagógica, quando consideramos as orientações internacionais para a educação. Compreender as intencionalidades, assim como discutir os sentidos atribuídos à qualidade da educação, é tarefa de todos os que se importam com uma educação de fato emancipatória.

Referências:

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 14945, de 31 de julho de 2024. Brasília, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14945.htm Acesso em 02 de fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Educação é a Base. Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85121-bncc-ensino-medio/file> Acesso em 08 de fev. 2025.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Educação para o alívio da pobreza: novo tópico na agenda global. Revista de Educação. PUC-Campinas. Campinas, n. 20, p. 43-54, 2006. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/220> Acesso em 06 de fev. 2025.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: Escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. São Paulo, Educação e Pesquisa, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/YkhJTPw545x8jwpGFsXT3Ct/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 05 de fev. 2025.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Revista Katályses. Florianópolis, v. 10, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/> Acesso em 09 fev. 2025.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. *Perspectiva*. Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9769> Acesso em 07 de fev. 2025.

ONU. Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf> Acesso em 07 de fev. 2025.

UNESCO. Fórum Mundial de Educação 2015. Declaração de Incheon. Disponível em: <https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/233137POR.pdf> Acesso em 07 de fev. 2025.